

A intervenção do secretário de Estado das Florestas, Miguel Freitas, teve como principal objetivo transmitir o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nas várias frentes no que respeita a matéria florestal.

Garantiu que o Estado estava a procurar dar uma resposta de emergência à problemática dos incêndios florestais com soluções para o curto e médio prazo, sem perder de vista o longo-prazo. Ficou presente a ideia que é essencial ter uma visão de futuro, pelo que o ordenamento florestal constitui o primeiro elemento essencial dessa visão. Como tal, informou os congressistas que estava a ser concluída a segunda geração dos programas regionais de ordenamento florestal. Estes programas dão-nos uma imagem macro da vocação que os territórios têm para a floresta, havendo a necessidade de transpor essa visão macro para uma visão micro, a nível municipal e intra-municipal, sendo isto possível através do diálogo não só com os municípios mas também com os produtores florestais.

Ainda sobre a importância do ordenamento florestal, frisou a necessidade de entender as funções que cada um dos regimes florestais desempenha em Portugal, isto é, a área pública e a área comunitária em Portugal. Referiu que é no complexo destas que se encontra a capacidade de regular os mercados a nível nacional da floresta, sendo que o valor da floresta não se resume apenas ao mercado de matérias-primas mas também se alarga ao mercado de bens públicos. É, portanto, necessário ter um bom conhecimento daquilo que está no regime florestal e como tal, em pareceria com os Baldios e produtores florestais, está a ser suprida a lacuna de falta de informação para se proceder ao cadastro florestal. Atualmente estão cadastrados dez municípios passando o objetivo por cadastrar toda a extensão a nível nacional.

Prosseguiu ao afirmar que o ordenamento é importante numa melhor gestão da floresta, é necessário haver uma visão diferente da gestão, existindo a necessidade de uma nova relação entre Estado e Baldios. Para tal, referiu os projetos-piloto com a BALADI e Forestis que visam capacitar os baldios para uma melhor gestão procurando que estes se agrupem, ultrapassando as fronteiras e barreiras que se levantam na gestão dos baldios.

Numa visão mais voltada para os instrumentos e não tanto para os agentes, referiu dois projetos lançados que se entendem como essenciais a uma melhor gestão florestal, são esses: cabras sapadoras (19 projetos aprovados com cerca de três mil

hectares de rede primária) e uso do fogo controlado. Nestes dois projetos os baldios são um elemento importante para a concretização dos programas.

Relativamente ao investimento, o secretário de Estado, constatou que, para os baldios, as regras existentes no PDR 2020 não correspondiam às suas necessidades, pelo que o PDR 2020 foi regionalizado, isto é, as medidas presentes apresentam dotações e critérios próprios ajustados ao território. Os baldios foram equiparados às zonas de intervenção florestal e estão, então, no topo das prioridades das políticas do Estado. Atualmente, no contexto do PDR 2020, os baldios concorrem em igualdade com as entidades que gerem propriedades de forma agregada, verificando-se um aumento no número de candidaturas dos baldios aos programas.

Procurou-se incentivar uma floresta de folhosas de crescimento lento e a apoiar o pinho, com maior incidência nas folhosas de crescimento lento. Uma nova medida implementada foi a recuperação do potencial produtivo, isto é, tratar áreas ardidas como se fosse áreas novas privilegiando espécies de crescimento lento.

Quanto à matéria de prevenção estrutural, houve dois focos: o primeiro a abertura de rede estruturante da defesa da floresta (2000km em 2018, sendo que se pretende duplicar a área aberta em 2019) e o segundo assegurar equipas de sapadores florestais, dando prioridade na atribuição de equipas de sapadores aos baldios.

Regressando à temática dos mercados referentes à floresta, introduzida anteriormente, explicou que a floresta não se restringe ao mercado de bens transacionáveis mas tem também uma componente de bens públicos, pelo que está a ser desenvolvido um programa de pagamentos eco sistémicos, dado que a floresta “presta serviços” na preservação do solo, manutenção da qualidade da água e captação de carbono. Este programa deve privilegiar os baldios, estando associado a uma boa gestão florestal.

Concluiu, dizendo, o principal objetivo é reconciliar a floresta com a sociedade portuguesa.